

O extrativismo e a periferia da produção primária

Fernando Pedrão

As adjacências da produção capitalista

A produção primária capitalista opera em interação com uma esfera de atividades bem conhecidas e pouco definidas, geralmente denominada de extrativismo. No entanto, o universo da extração é um componente fundamental da produção rural no Brasil, cuja análise é parte necessária da explicação da sociedade rural, desde o período colonial até os dias de hoje. A extração vegetal e animal constituem um capítulo a ser escrito, como parte da explicação do movimento de acumulação da produção capitalista, que tem tido a extração como forma subordinada de exploração, através da qual viabiliza a exploração subordinada de trabalho não pago. Trata-se de incorporar a análise do extrativismo como parte essencial da produção rural brasileira, situando-a em sua perspectiva histórica.

Uma tese necessária a uma explicação da formação histórica da produção capitalista no Brasil entre o fim da guerra com o Paraguai e a primeira guerra mundial, é que a estratégia de substituição de trabalho escravo por uma combinação de trabalho livre e trabalho servil, foi viabilizada por uma importante expansão do extrativismo, que combinou suas modalidades tradicionais, com novas modalidades, postas ao serviço da acumulação capitalista.

A questão da acumulação original ocupa um lugar insubstituível na explicação do capitalismo no campo no Brasil até hoje (Machado, 1999), porque permite penetrar nas estratégias de controle de recursos naturais, que estão integradas com os modos de controle de trabalho. Está claro que a acumulação original continua até hoje, como uma forma de controle do universo de pobreza rural, que aparece sob diversas formas, ora retido na produção familiar, ora liberando pessoas e tempo de pessoas, como boias frias, ora, ainda, sobrevivendo em seus lugares de origem mediante estratégias primitivas como a extração.

Inúmeras situações de regressão econômica e deterioramento de condições de vida são encontradas hoje, como consequência de movimentos oscilatórios do capital entre formas de organização e opções de aplicação no campo (Aragão, 1998; Pimenta, 1999). Pesquisas realizadas em outras regiões do país, como no Maranhão, deram conta de uma condição generalizada de semi-nomadismo e precariedade da produção, que somente permitem sobrevivência nessa articulação entre produção familiar e extração, onde esta última vem a ser o vínculo com o mercado (Pedrão, 1982).

Nessa qualidade, a extração vegetal e animal, especialmente a primeira, é um capítulo a ser formalmente analisado, como parte dos estudos da produção rural do suprimento de alimentos. Com sua remuneração monetária a população pobre brasileira jamais teria sobrevivido. No Brasil em geral, na Bahia em particular, a ausência desse capítulo distorce a análise da produção primária, ignorando as formas colaterais de produção do capitalismo, impedindo que se veja como a produção agrícola propriamente dita se apoia em atividades predatórias (Pedrão, 1995).

Os estudos da história econômica da América em geral, do Brasil em especial, relatam, reiteradamente, o papel fundamental da extração vegetal e animal na formação da economia colonial e na inserção das regiões latino-americanas na economia internacional. Pau brasil, couros e peles, frutas, espécies vegetais nativas, que só com muito atraso têm sido cultivadas, animais silvestres, pesca artesanal e extração de mariscos, compõem uma longa lista de elementos que respondem por uma maior parte da alimentação dos brasileiros, que igualmente têm contribuído para as exportações. Mas essa atividade aparece como diferente da produção capitalista, ou em todo caso como separada dela.

Esse desvio da análise tem conseqüências decisivas na explicação do funcionamento do sistema colonial e na da reprodução da produção periférica, segundo ela evolui em seus próprios termos, acompanhando a evolução do sistema capitalista, naquele seu momento de euforia expansiva, que coincidiu com a Primeira República. Logicamente, não se pode interpretar o ocorrido com a agricultura brasileira nesse período como resultado unicamente de fatores internos, sem trabalhar com o significado da articulação externa da economia brasileira. O realinhamento e a expansão da produção periférica naquele período respondeu a uma sucessão de movimentos de ampliação da captação de recursos naturais, que também apareceu sob diversas formas, tais como marcha para o oeste, corrida da borracha, expansão da fronteira agrícola etc.¹

No que tocou ao Brasil, a expansão do capitalismo fez-se com aumento da extração vegetal, e não por substituí-la por produção capitalista propriamente dita. A exploração de fibras, tais como caroá e piaçava, o uso de coquilhos tais como licuri e ouricuri, a tala de bambuais, são exemplos nesse sentido, além da extração de lenha, que foi sistemática justamente nas regiões de semi-árido. Mesmo em algo tão claramente integrado na produção capitalista como o algodão, houve os efeitos indiretos nos preços internos do algodão, causados pelo efeito substituição dos usos de outras fibras.

¹ Observa-se que a superfície total dos estabelecimentos agro-pecuários registrada pelo IBGE mais que quadruplicou entre 1950 e 1980, de menos de 50 milhões de há a uns 220 milhões de há.

No entanto, há uma interrupção entre os relatos organizados e os elementos de relato histórico; e entre eles e os estudos sociais, especialmente os estudos econômicos. A análise econômica costuma passar por alto o papel do extrativismo na formação do produto social, quando registra apenas os recursos incorporados na cadeia produtiva como capital; ou quando pressupõe que a extração vegetal é uma atividade que declina por força da expansão da esfera do mercado.

No relativo à experiência das pesquisas regionais no Nordeste verifica-se que, pelo contrário, o progresso da produção capitalista aqui tem incluído o desenvolvimento de mecanismos de novas formas de aproveitamento da extração, tal como acontece com a comercialização de frutas como jaca e umbú dependem completamente de extração. O novo negócio de polpa de fruta faz-se, principalmente com frutas silvestres. Assim, o produto social tem um componente essencial de extração vegetal, animal e mineral, de elementos diretamente coletados da natureza, que são aceitos como parte do produto socialmente disponível, mas que não dependem do movimento geral de acumulação de capital.

A explicação do extrativismo encontra-se na organização da produção. A rigor, a extração funcionou como uma segunda linha da produção de mercadorias exportáveis, provendo alimentos que permitiram que a esfera doméstica disponibilizasse o trabalho necessário para a produção de mercadorias. A questão é que o custo do trabalho é computado na esfera da produção capitalista, mas não na extração. Em suas diferentes modalidades, a extração funciona como complemento da produção que vai ao mercado como parte integrante do consumo, tanto daquele atendido por mecanismos de mercado, como daquele realizado na esfera doméstica.

Não há porque reduzir o fenômeno do extrativismo ao de coleta de alimentos, que será apenas de suplementação de alimentação dos grupos de baixa renda, apesar de ser essa uma função indiscutível. O extrativismo foi iniciado como um desdobramento do grande capital mercantil europeu, quando organizou a produção colonial e não apenas como estratégia de sobrevivência (Pedrão, 1999). Em pesquisa direta sobre o comércio na Bahia, verificou-se que as exportações de pau brasil continuaram até o século XIX, assim como pesquisas para estimativa do produto interno bruto da Bahia mostraram que até 1950 a Bahia "produzia" 48 espécies vegetais obtidas de extração, em que muitas delas foram extintas e outras foram transferidas às estatísticas de produção agrícola, como se fossem obtidas mediante produção organizada com capital próprio (Pedrão, 1961).

O extrativismo está incorporado no subsolo da produção capitalista, onde justamente se manipulam os custos da reprodução dos trabalhadores, primeiro no modo como a grande produção controla o trabalho realizado na pequena

produção; e segundo, no modo como a produção capitalista se organiza para transferir para a esfera doméstica uma parte dos custos dos trabalhadores engajados no processo de produção.

Por sua grande extensão e pela variedade de seus ambientes, a Bahia representa uma experiência especial de grande parte das formas de extrativismo, no semi-árido, no mar, nas zonas boscosas, no litoral, variando os níveis de capitalização com que ela é realizada. Desse conjunto, é preciso distinguir a extração realizada de modo não sistemático, que pode ser tomada como parte suplementar de atividades capitalizadas e a praticada por consumidores, ou em todo caso, por produtores marginais, quando é parte de sua estratégia de sobrevivência.²

A principal observação explicativa dessa importância do extrativismo refere-se à sobrevivência da população, especialmente da população de baixa renda. Observa-se que a produção capitalista emprega apenas uma pequena parte da população, a maior parte da qual recebe rendas inferiores às necessárias para sobreviver. A sobrevivência dos grupos de baixa renda e dos grupos de marginalizados em geral, sempre dependeu do recurso à coleta direta vegetal, animal e mineral, dependendo portanto de condições locais do meio físico e do social. A extração tem diferentes significados para a sobrevivência e para a formação de renda, mas no conjunto funciona como periferia da produção, tanto por sua função de obtenção de alimentos como de busca de matérias primas.

O extrativismo é a obtenção de bens que não foram produzidos no segmento capitalista organizado da sociedade econômica. Em quase todos países americanos, inclusive no Canadá e nos Estados Unidos, sustentou a constituição das colônias, mesmo naquelas regiões em que a produção foi rapidamente instalada.³ Parte foi captação de matérias primas e metais e pedras preciosas; e outra parte foi a caça e pesca e a cata de raízes e frutos de que se alimentou a população colonial. Pouco foi feito para produzir alimentos que não fossem, eles também exportáveis. Sobra repetir que a extração vegetal, animal e mineral, especialmente a primeira, foi a base sobre a qual se assentou a formação das regiões que vieram a integrar-se como Brasil.

O objetivo principal de exportar condicionou a formação do sistema de produção, que se viu como uma construção separada dos objetivos de sobrevivência da nova população, que se organizava composta de conquistadores, indígenas

² A extração de mariscos e crustáceos é uma atividade tradicionalmente realizada por pessoas destituídas de equipamento, que sustentam o consumo urbano desses produtos, inclusive quando eles são manufaturados e entram no circuito de comercialização industrializada.

³ Um dos exemplos mais radicais do imediatismo no critério econômico do extrativismo foi a tala de alerces – a sequoia chilena – multiseculares, no sul do Chile, para usar sua madeira para teto de habitações rústicas, substituindo-se o bosque de alerces por pastagens para pecuária.

sobreviventes do massacre crônico, que continuou desde início da colônia e de escravos. Tacitamente, a economia colonial dependia da extração, que se expandiu com o aumento da população e foi integrada pelo capital mercantil, em suas exportações e como recurso auxiliar da indústria.

O universo da extração

Para uma análise histórica do fenômeno, é preciso estabelecer que vem a ser o extrativismo, qual leque de atividades compreende, de qual magnitude, a quem envolve e como estão organizadas essas atividades. As estimativas de atividades extrativas são as mais difíceis, porque referem-se à parte não observada pelos sistemas de informações econômicas e sociais oficiais, que focalizam na produção de mercadorias exportáveis. Na América Latina em geral, no Brasil, na Bahia em especial, a designação de extrativismo compreende a coleta de bens na esfera doméstica para consumo e para complementação de renda, a coleta como atividade principal de pessoas, de grupos familiares e de organizações econômicas baseadas nas famílias; e ainda, a coleta de bens realizada por produtores individuais e por empresas, que usam o extrativismo como um recurso complementar de sua aplicação de capital, que lhes permite concomitantemente incluir trabalho periférico.

A distinção entre o extrativismo da esfera doméstica e o da esfera de mercado é a mais relevante, porque permite captar as peculiaridades do mercado de trabalho, ou seja, penetrar nesse universo da reprodução de força de trabalho que se faz superando as restrições do mercado de capital. Mas tem que ser complementada pela observação de que a esfera doméstica exporta produtos para a de mercado e absorve custos das empresas, ou seja, que funciona como provedora de trabalho não reconhecido na formação dos custos das empresas.

O espaço do extrativismo foi dado pelo fato de que a produção de mercadorias ocupou apenas uma pequena parte da população; e mesmo essa, em sua maioria, pagando salários menores que os necessários para a sobrevivência dos trabalhadores. Indiretamente, significa que uma grande parte da população depende do extrativismo para sobreviver, enquanto outra parte usa a extração para alavancar uma renda superior à que poderia obter com seu capital. No limite, cabe questionar quanto esse acesso ao extrativismo não representa uma margem de retorno do capital que faz a diferença entre a viabilidade e a não viabilidade dos produtores.

Uma abordagem de análise prática

Há uma questão prática a ser resolvida. Ultrapassado o nível de generalidade, em que se colocam os termos gerais da compreensão do extrativismo, é preciso estabelecer uma abordagem de análise operacionalmente viável. Nesse sentido, distinguem-se aqui o extrativismo praticado como recurso de sobrevivência e o praticado como parte da produção do capital organizado. Há inúmeros exemplos de extrativismo praticado como recurso da produção capitalista organizada no Brasil, que deverão ser examinados de um modo ou outro. No entanto para os objetivos da análise da produção vinculada à sobrevivência, torna-se mais imediato examinar a extração praticada como recurso de sobrevivência.

Assim, é preciso desenvolver duas linhas de análise, respectivamente, sobre o extrativismo utilizado pela produção capitalista organizada; e sobre aquele outro, que se reproduz como parte da permanência do primitivismo no meio rural e na construção civil.

Recurso de sobrevivência

A extração é recurso principal ou subordinado da vinculação das famílias de baixa renda em sua estratégia de sobrevivência e em sua inserção no mercado. Mas a observação empírica mostra que as famílias engajadas no extrativismo são incorporadas ao seu sistema de produção mediante mecanismos indiretos de controle, que são exercidos pelo comércio, na intermediação do excedente físico de sua produção. Fica uma produção de pequenos produtores independentes, que vendem diretamente seus produtos em feiras e como ambulantes, que suprem uma parte específica da demanda urbana de gêneros perecíveis. É um terreno em que só se pode avançar mediante o exame da experiência histórica.

A extração vegetal foi a viga mestre da formação da economia baiana, antecedendo apoiando e sucedendo a produção açucareira, abrindo espaço para a expansão pastoril, bem como sustentando a expansão ferroviária, assim como sustentando a construção civil e as necessidades energéticas. Funcionalmente, respondeu e continua respondendo por grande parte da sobrevivência dos grupos de baixa renda.

Nessa categoria, permanece como um elemento fundamental de sobrevivência das pessoas que não são absorvidas pelas relações de assalariamento. Levantamentos da disponibilidade de frutas, peixes, aves, continuam sendo imprecisos, pela dificuldade de chegar a cifras compatíveis com o consumo inferido da sobrevivência dessa população.

A extração em si mesma não mudou quase nada ao longo do tempo. Mudaram apenas as formas como seu produto é comercializado e processado. As sociedades

indígenas foram essencialmente extrativistas. Mas diferenciam-se das sociedades coloniais, porque extraíam apenas para seu consumo imediato, enquanto as sociedades coloniais a incorporaram aos seus mecanismos de acumulação de capital. Não sabemos quanto a extração indígena foi absorvida pela reprodução dos sistemas de recursos naturais, mas sabemos que ao longo de nossa história ela aumentou em escala, variedade e quantidade, ao aumentar o número dos extratores concentrados pela urbanização; e ao aumentar a escala da extração realizada para a produção integrada à acumulação de capital.

É preciso distinguir a extração realizada pelas famílias como parte do mecanismo de reprodução da própria família e a que elas realizam para acumulação. O primeiro grupo compreende o consumo propriamente dito, tal como a coleta de alimentos, e a extração de materiais de construção, que ultrapassa a qualificação corrente de consumo. Por sua vez, a extração que se integra à acumulação de capital é o um modo de mobilizar a força de trabalho não contratada para participar do esforço de acumulação. Aí, logicamente, está a sobrecarga que resulta do aumento de população.

É preciso distinguir a extração realizada pelas famílias como parte do mecanismo de reprodução da própria família e a que elas realizam para a acumulação . O primeiro grupo compreende o consumo propriamente dito, tal como a coleta de alimentos; e a extração de materiais de construção, que ultrapassa a qualificação corrente de consumo. Por sua vez, a extração que se integra à acumulação de capital expande-se como sobrecarga sobre os ecossistemas, convertendo-se em mecanismo social por excelência de degradação ambiental

Meios subordinados de produção

A análise do extrativismo coloca um problema econômico específico, altamente perturbador dos fundamentos da teoria econômica, qual seja, da obtenção de produtos comercializáveis mediante uso de trabalho pouco qualificado, em modalidades que a rigor não podem ser qualificadas de produção, vez que pouco dependem da cadeia formadora de capital, apesar de contribuírem a ela.

Além disso, trata-se de trabalho que se realiza fora do movimento de aumento de complexidade do capital incorporado ao processo produtivo. O extrativismo vale-se de formas rudimentares de trabalho, justamente, porque funciona com o pressuposto de oferta ilimitada de trabalho barato.

Uma característica do extrativismo é que ele se faz com o pressuposto tácito de oferta ilimitada de recursos não produzidos, mesmo em ambientes com escassez de um recurso essencial, como são a escassez hídrica no semi-árido, a falta de

plâncton em águas marinhas e a escassez de bons solos em regiões agrícolas. A abordagem típica do extrativismo levou ao esgotamento do ouro de aluvião e de minas superficiais em diversos lugares no Brasil, assim como, principalmente, à desertificação.

Em sua forma mais comum, o extrativismo é a solução mais fácil de obtenção de materiais, que a seguir tanto são consumidos diretamente, como podem ser objeto de processos complexos de transformação, tal como acontece com plantas silvestres que entram para a indústria de cosméticos. Mas, também é parte subordinada de processos complexos de trabalho, realizados à distância por capitais de alta tecnologia.

Assim, além da coleta de frutas e sementes, há um comportamento extrativista em relação com as bacias hidrográficas, em que a extração vegetal e de água resulta em destruição de recursos mais ou menos acelerada. (Pedrão, 1997; Machado, 1999).

A subordinação do trabalho na extração vegetal e animal surge com certos traços de especialização regional, acompanhando as possibilidades oferecidas pelos sistemas de recursos naturais, principalmente, acompanhando as condições de fertilidade natural, ou seja, em função da disponibilidade de água.

Aspectos e experiências de extração vegetal

Alguns exemplos são necessários, para situar concretamente a realidade do extrativismo hoje na Bahia, em diferentes regiões.

O primeiro deles, por ser mais generalizado, é a extração de lenha, especialmente na região semi-árida. O desmatamento é um traço fundamental da formação econômica do Brasil, que é encontrado por toda parte, cujo estudo por isso mesmo requer exemplificação. Trata-se aqui do corte de mata de caatinga para lenha no semi-árido. Pesquisa realizada em 1997,⁴ sobre a situação ambiental desse sistema hídrico, mostrou que a extração de lenha prossegue, agora sobre custos sociais e ambientais acumulados nesses anos, resultando em exposição do solo e conseqüente erosão, alcançando as margens dos rios. A derrubada de caatinga inicialmente, foi promovida pelos grandes proprietários na formação de seus campos de pecuária. Desde o fim do século passado, passou a ser realizada como combustível para mover as composições ferroviárias. Mais recentemente, passou a ser usada para construção civil e para combustível, doméstico e para olarias. Hoje, essa identificação com a solução do problema energético tornou-se a mais

⁴ Estudo das condições ambientais das bacias dos rios Itapicuru, Verde/Jacaré e Paraguaçu, coordenada por este autor, como trabalho de consultoria para a Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento da Bahia

agressiva, porque praticamente leva à destruição dessa floresta ecologicamente adaptada.

Outro tipo de exemplo tem-se em localidades que ficaram em condições de abandono social e marasmo econômico. Há inúmeros exemplos desse tipo na Bahia. Cita-se aqui o caso de São Bernardo, que é uma vila próxima da cidade de Valença, na região do Baixo Sul, que ficou completamente à margem da economia de mercado. São 300 famílias em que em nenhuma delas há alguém empregado. Todos negros. Todos sobrevivendo escassos "bicos", com pequenas roças de alimentos básicos, que são completados com extração. A particularidade é que os moradores de São Bernardo são pessoas que até décadas atrás foram parte do exército de reserva de trabalhadores da produção açucareira. Desde então permaneceram em condições de vida primitivas, em pobreza crítica.

Outro exemplo, característico do Recôncavo baiano, é a vila de Santiago do Iguape, que é um distrito do município de Cachoeira. Encontra-se na baixada do Iguape, que no período colonial foi sede de uma importante produção de açúcar. No século XIX teve um engenho mecanizado, o que quer dizer que passou de engenho a usina.⁵ Na década de 1950 a baixada do Iguape foi transformada em área produtora de dendê, com uma empresa produtora de óleo. Na década de 1980 o ecossistema da lagamar onde se encontra a vila, foi alterado pela represa de Pedra do Cavalo, que acelerou a velocidade de circulação da água, praticamente acabando com a fauna natural de camarões. Em 1990, com a política nacional que favoreceu as usinas de açúcar, a área foi reconvertida ao plantio de cana de açúcar, resultando na expulsão dos pequenos produtores de dendê e terminando com a produção familiar de alimentos. A população da baixada foi quase totalmente desempregada, refluindo a estratégias de sobrevivência completamente dependentes da extração vegetal e animal (Aragão, 1998). Nesse caso, trata-se principalmente de extração marinha e dos manguezais, já que o acesso a terra é escasso ou nulo para esses grupos de baixa renda. Nesse caso, o extrativismo resulta, em grande parte, da decomposição da anterior economia subordinada da produção açucareira.⁶

⁵ Em 1866 foi fundada a usina de Iguape, na época considerada uma das mais modernas do estado. A vila data do século XVII, fundada por espanhóis.. Possui um pequeno porto e uma posição frente para uma lagamar, que foi privilegiada no sistema de transporte de carga em barcos a vela. Até a década de 1960 foi atendida pelo sistema de navegação a vapor da Companhia de Navegação Bahiana que teve seu principal porto em São Roque do Paraguaçu.

⁶ Os movimentos regressivos causados pela decomposição da antiga produção açucareira escravista, foram aqui muito complexos. A desorganização do sistema encabeçado pelos engenhos de açúcar traduziu-se na desocupação de trabalhadores que jamais foram objeto de programa algum de qualificação. Separados do núcleo organizador dos engenhos, esses trabalhadores regrediram às formas mais rudimentares de trabalho, anteriores às dos engenhos ultrapassados. Daí, sua natural identificação com a extração.

Outro exemplo ainda pode ser dado, que corresponde a outro aspecto do mesmo problema, corresponde ao município de Santo Amaro da Purificação, supostamente um dos que apresentam melhor desempenho econômico na região. Aí, entretanto, encontrou-se um desemprego estimado em mais de 30% da força de trabalho, que se agrava, progressivamente, com o retorno de trabalhadores pouco qualificados desempregados pelas indústrias do grande Salvador (Nunes, 1996). Nesse caso encontraram-se dois tipos de extração. Uma extração vegetal e animal sistematicamente praticada como estratégia de sobrevivência. Outra, de uma fábrica de papel que utilizava bambu em 30% de suas matérias primas e que jamais plantou ou comprou bambu, senão que extraiu esse produto na região em torno (Pedrão, 1997).

Por fim, a extração desempenha um papel importante na sobrevivência de um grande número de famílias de Salvador. Pesquisas recentes sobre o chamado Subúrbio Ferroviário, que corresponde à orla da Baía de Todos os Santos, onde está a maior concentração de população de baixa renda da região metropolitana, indicaram que cerca de 4.000 famílias, que em outras classificações aparecem como trabalhadores informais urbanos, complementam sua alimentação com a cata de mariscos dos manguezais dessa parte da cidade (PANGEA, 1998).

Nesses exemplos e em muitas outras situações semelhantes, a extração perpetua-se, estimulada pelo crescente desemprego e pela falta de opções de trabalho para pessoas com pouca qualificação ou com pouca experiência de trabalho. Há fortes razões para supor que se trata do recrudescimento de um aspecto fundamental da situação do trabalho herdada da sociedade escravista.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, Francisca, *O doce do açúcar que virou amargura: agricultura e fome no Recôncavo baiano*, Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 1998.

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1. A época colonial, Sergio Buarque de Holanda (diretor), Bertrand Brasil S.^a São Paulo, 1993, vols. 1 e 2.

MACHADO, Gustavo Bittencourt, *Acumulação originária e formação de valor no Extremo Sul da Bahia*, Projeto de dissertação de mestrado, Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

NOVA HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA, O império luso brasileiro, 1620-1750, Frédéric Mauro (coordenador), Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

NUNES, Maiesse Pinto El Sayegh, *Problemas regionais de emprego e renda: o exemplo de Santo Amaro no Recôncavo baiano*, Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Economia, UFBA, Salvador, 1996.

PANGEA, *A bacia do Rio do Cobre*, Salvador, 1998.

PEDRÃO, Fernando , *Estimativa do produto interno bruto da Bahia (1940-1959)*, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, datilografado Salvador, 1960.

- *Estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Maranhão*, Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão, 1982.

Raízes do capitalismo contemporâneo, Hucitec, São Paulo, 1995.

- *Tecnologia, energia e ambiente em pequenas regiões: a região do Baixo Paraguaçu*. Relatório de pesquisa ao CNPq. Salvador, 1997.

- *500 anos de comércio na Bahia*, SICT, Salvador, 1999

PIMENTA, Ely de Oliveira Rosa, *A intervenção do Estado no desenvolvimento rural: o estudo do projeto integrado de desenvolvimento da bacia do Rio Paraguaçu – PIDERP*, Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

PRADO, Caio, Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo, 1961.

RIBEIRO, Darcy, *As Américas e a civilização*, Vozes, Petrópolis, 1986.